

Aumento põe Petrobras na mira do governo, da Câmara e do Supremo

COMBUSTÍVEIS / Governo, Câmara e Supremo Tribunal Federal pressionam empresa após anúncio de mais reajustes de gasolina e diesel. Na contramão dos críticos, presidente do Senado aponta responsabilidade do Executivo

Petrobras sob FOGO CERRADO

• TAISA MEDEIROS
• RAPHAEL FELICE
• CRISTIANE NOBERTO

O novo aumento dos preços dos combustíveis nas refinarias, anunciado ontem pela Petrobras, provocou uma onda de críticas e ameaças de represálias à estatal. As ofensivas partiram do presidente Jair Bolsonaro, da Câmara e até do Supremo Tribunal Federal (STF). As reações aos reajustes fizeram com que as ações da empresa encerrassem em forte baixa no pregão da Bolsa de Valores (leia reportagem na página 7). A elevação de 5,2% na gasolina e de 14,2% no diesel começa a valer hoje.

Bolsonaro classificou o aumento como uma "traição ao povo brasileiro" e defendeu a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o presidente da petroleira, José Mauro Coelho, bem como os diretores executivos e conselheiros.

"Conversei com Arthur Lira (presidente da Câmara). A ideia nossa é propor uma CPI. Queremos saber se tem algo errado nessa conduta, porque é inconcebível se conceder um reajuste com o combustível lá em cima e com os lucros exorbitantes que a Petrobras está dando", disparou, em entrevista à Rádio 96 FM, de Natal. "Ninguém consegue entender, algo estúpido. Ela lucra seis vezes mais que a média das petrolíferas de todo o mundo. As petrolíferas fora do Brasil reduzem sua margem de lucro."

No último dia 9, o governo indicou Cato Paes de Andrade para o lugar de José Mauro Coelho e listou outros nomes para o conselho da empresa, mas todos ainda têm de passar pelo crivo da assembleia de acionistas de estatal. "Com a troca, nós podemos botar gente mais competente lá dentro para poder entender o fim social da empresa e não conceder esse reajuste, que destrói a economia brasileira, leva inflação para a população, leva perda de poder aquisitivo para toda a população

Bruno Spodu/NME



O presidente da Petrobras, José Mauro Coelho, recebeu uma saravada de críticas e pedidos para que renuncie ao posto

que já vive uma situação bastante crítica", ressaltou Bolsonaro, que tem na escalada da inflação um sério risco a seus planos de reeleição.

O presidente da Câmara também se juntou ao chefe do Executivo nos ataques à Petrobras. Lira defendeu que José Mauro Coelho renuncie imediatamente. "Não por vontade pessoal minha, mas porque não representa o acionista majoritário da empresa — o Brasil — e, pior, trabalha sistematicamente contra o povo brasileiro na pior crise do país", postou Lira no Twitter. "Ele só representa a si mesmo e o que faz deixará um legado de destruição para a empresa, para o país e para o povo. Sair, pois sua gestão é um ato de terrorismo corporativo."

Indicado por Bolsonaro para o STF, o ministro André Mendonça também cobrou explicações da Petrobras sobre os critérios para definir os preços dos combustíveis (leia reportagem na página ao lado).

Já o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), cobrou o Executivo federal. "Se a situação dos preços dos combustíveis está saindo do controle, o governo deve aceitar dividir os enormes lucros da Petrobras com a população, por meio de uma conta de estabilização de preços em momentos de crise", defendeu. "O Senado aprovou inúmeras matérias legislativas que estavam ao seu alcance e agora espera medidas rápidas e efetivas por parte da Petrobras e de sua controladora, a União."

Insuficiente

Apesar da saravada de críticas contra a Petrobras, especialistas enfatizaram não haver apenas um responsável pela escalada de preços. Luiz Giardi, da N2 — Educação e Orientação Financeira, ponderou que a solução para a escalada de reajustes não é simples. "Para que o preço do combustível chegue a patamares viáveis para o consumidor doméstico, não é suficiente mexer só no preço de paridade internacional (PPI). A Petrobras sozinha não consegue fazer com que esse preço baixe. Precisa de uma reforma fiscal e administrativa", afirmou.

Professor de finanças do Instituto Brasileiro de Mercados

e Capitais (Ibmec), William Baghdassarian comentou que o governo lida mal com a alta dos preços dos combustíveis ao provocar insegurança nos investidores com os ataques à Petrobras. Ele também disse que o aumento dos derivados do petróleo gera problemas inflacionários pelo mundo. "A forma como a gente está lidando com o problema é muito ruim. Se você tem um certo país, como o Brasil, em que as autoridades, na primeira crise, começam a questionar as regras vão ser cumpridas, começam a questionar lucro excessivo, os investidores passam a questionar esse investimento e acabam injetando dinheiro em outro país", alertou.



A companhia tem buscado o equilíbrio dos seus preços com o mercado global, mas sem o repasse imediato para os preços internos da volatilidade das cotações internacionais e da taxa de câmbio"

Trecho da nota da Petrobras



É inconcebível se conceder um reajuste, com combustível lá em cima e com os lucros exorbitantes que a Petrobras está tendo"

Jair Bolsonaro, presidente da República



O presidente da Petrobras tem que renunciar imediatamente. Não por vontade pessoal minha, mas porque não representa o acionista majoritário da empresa — o Brasil — e, pior, trabalha sistematicamente contra o povo brasileiro na pior crise do país"

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara



Se a situação dos preços dos combustíveis está saindo do controle, o governo deve aceitar dividir os enormes lucros da Petrobras com a população, por meio de uma conta de estabilização de preços em momentos de crise"

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado

Estatal: "Sensível ao momento"

Os reajustes dos preços da gasolina e do diesel mostram que a Petrobras não cedeu às pressões do governo e de autoridades ligadas ao presidente Jair Bolsonaro. Em nota enviada à imprensa, a estatal afirmou que "é sensível ao momento que o Brasil e o mundo enfrentam", de alta de preços, rebatendo declarações que vêm sendo feitas nas últimas semanas pelo chefe do Executivo.

A empresa explicou que busca o equilíbrio de preços com o mercado global e evita trazer a instabilidade do mercado internacional para o país. "Esse posicionamento permitiu à Petrobras manter preços de GLP estáveis por até 152 dias; de diesel por até 84 dias; e de gasolina por até 99 dias", destacou. "Essa prática não é comum a outros fornecedores que atuam no mercado brasileiro, que ajustam seus preços com maior frequência, tampouco as maiores empresas internacionais que ajustam seus preços às flutuações". A Acelera, por exemplo, única refinaria de grande porte privada brasileira, reajusta

R\$ 203 BILHÕES

Valor que a Petrobras diz ter pago em impostos, royalties e participações especiais em 2021

os preços semanalmente.

Não obstante, quando há uma mudança estrutural no patamar de preços globais, é necessário que a Petrobras busque a convergência com os preços de mercado", prosseguiu a nota. "É esse equilíbrio com o mercado global que naturalmente resulta na continuidade do suprimento do mercado brasileiro, sem riscos de desabastecimento, pelos diversos atores: importadores, distribuidores e outros produtores, além da própria Petrobras."

Os reajustes refletem os preços dos derivados no mercado

internacional, seguindo a alta do petróleo e refletindo maior demanda e o fechamento de refinarias em meio à guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Coincidentemente, ontem foi um dia ruim para o petróleo, com o barril do Brent em queda em torno de 6%.

Em resposta às críticas do governo, a estatal explicou, também, que, apesar de impactar os preços, a conjuntura tem gerado recursos públicos bilionários.

"Em 2021, a empresa recebeu R\$ 203 bilhões em tributos próprios e retidos, maior valor anual já pago pela companhia, um aumento de 70% em relação a 2020. No primeiro trimestre de 2022, somente, a Petrobras pagou R\$ 70 bilhões aos cofres públicos entre tributos e participações governamentais, praticamente o dobro do valor recolhido no mesmo período de 2021", enfatizou.

Conforme a estatal, "adicionalmente, no ano de 2021, a Petrobras pagou de dividendos para a União o montante de R\$ 27 bilhões, e no ano corrente, até

Fernando Frade/Agência Brasil



Petrobras diz que conjuntura tem gerado recursos públicos bilionários

julho, destinará ao acionista controlador o montante de R\$ 32 bilhões". "Esses recursos podem contribuir para o orçamento de políticas públicas, incluindo formas de mitigar os impactos da crise atual sobre os preços dos combustíveis", ressaltou.

A Petrobras disse reconhecer que o governo federal e o

Congresso têm lançado mão de medidas na esfera tributária para mitigar os níveis de preços de diversos produtos da cadeia de consumo. "Contudo, (...) elas não desconectam os preços exorbitantes das commodities no mercado brasileiro das flutuações do mercado internacional", destacou.

COMBUSTÍVEIS

Mendonça cobra explicações

Ministro do STF quer justificativa da Petrobras sobre reajuste. Em derrota para estados, magistrado determina alíquota uniforme de ICMS

de LUANA PATRIOLINO

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), se juntou à pressão feita por governo e Congresso sobre a Petrobras e cobrou explicações da empresa sobre o aumento no preço dos combustíveis. O magistrado fixou um prazo de cinco dias para a estatal esclarecer quais foram os critérios adotados nos reajustes dos últimos 60 meses.

Mendonça ainda cobrou a conciliação entre a livre iniciativa e a função social da Petrobras, determinada pela Lei das Estatais. Na avaliação do ministro, a empresa deve-se atentar para a Constituição e as leis que regem a atividade, o que também incluem os princípios da transparência e o interesse coletivo.

"No tocante à Constituição, a empresa deve atentar, dentre outros, para o princípio da transparência; para os princípios gerais da atividade econômica, cuja sistemática busca conciliar a livre iniciativa com a função social da propriedade e a defesa do consumidor; bem como para o atendimento aos imperativos da segurança nacional, ao relevante interesse coletivo e sua função social", frisou.

Segundo o ministro, a empresa deve apresentar "minuciosas informações" sobre a política de preços, mediante o envio de cópia de toda a documentação, como relatórios, atas, gravações em áudio ou vídeo de deliberações, para justificar o que subsidiou suas decisões de reajuste, pelo acionista controlador, o Conselho de Administração, a diretoria e/ou a assembleia-geral.

Na mesma decisão monocrática, Mendonça também solicitou à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e ao Conselho Administrativo de

Defesa Econômica (Cade) a apresentação de explicações sobre as medidas adotadas, dentro de suas competências legais, sobre a política de preços praticada e a atuação da Petrobras.

O Cade também deverá apresentar informações a respeito de eventuais procedimentos abertos, seus respectivos objetos e o prazo estimado para conclusão.

Mudança no ICMS

Na mesma determinação, Mendonça suspendeu a eficácia do convênio assinado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), em março deste ano, e decidiu que as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nos combustíveis devem ser uniformizadas em todo o território nacional.

A uniformização deve ocorrer a partir de 1º de julho e valerá para as alíquotas do ICMS cobradas sobre gasolina, etanol, diesel, biodiesel e gás.

O economista Vinícius do Carmo explicou que, dificilmente a uniformização do ICMS vai diminuir o valor nas bombas, mas pode contribuir para reduzir a diferença no preço entre os estados. "O efeito é bem limitado, porque a composição de custos e despesas é muito mais afetada pela disparidade entre dólar e real do que pelo diferencial de alíquotas entre estados", ressaltou.

Na avaliação do especialista, o governo não atuou com empenho para controlar os reajustes. "Se ele fosse realmente contra o aumento de preço, os diretores que foram indicados teriam votado contra", destacou. "Mas, agora, tem ministro, presidente da Câmara e do presidente da República tratando a Petrobras como sucursal de um estado paralelo", criticou.

Pedido do Executivo

A decisão do ministro André Mendonça foi tomada na ação que tramita na Corte e discute a regulamentação dos estados sobre o ICMS único para combustíveis. O magistrado atendeu a um pedido do governo após os entes federativos e a União não chegarem a um acordo. A Advocacia-Geral da União (AGU) questionou o convênio do Confaz em uma ação no STF e aporou um conflito em relação à lei, aprovada pelo Congresso, que determina uma cobrança de alíquota única do ICMS sobre gasolina, etanol, diesel e outros combustíveis.

Presidenciáveis culpam o governo...

de VICTOR CORREIA

Pré-candidatos à Presidência da República criticaram o novo reajuste no preço dos combustíveis anunciado, ontem, pela Petrobras. Os postulantes ao Planalto aproveitaram, ainda, para atacar a gestão do presidente Jair Bolsonaro (PL), que busca a reeleição.

"A gasolina de Bolsonaro, que ele disse que ia baixar, já anunciou um novo aumento. Ele inventou que a solução é reduzir o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), mas tudo o que ele vai fazer é diminuir o dinheiro da educação e da saúde nos estados", afirmou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), durante encontro, em Maceió, com artistas e representantes do setor cultural.

Lula também criticou a falta de ações de Bolsonaro para alterar a política de preços da Petrobras. "O (ex-presidente da Petrobras) Pedro Parente, com uma canetada, decidiu que ia estabelecer o PPI, paridade de preço internacional, e o presidente da República diz que não consegue mudar? Que tipo de presidente é esse?", questionou.

Já o ex-governador do Ceará Ciro Gomes, pré-candidato pelo PDT, chamou Bolsonaro de "frouxo" e ironizou o pedido do presidente para a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a estatal.

"Bolsonaro está em seus estertores. Acaba de anunciar que pediu a Lira (o presidente da Câmara, Arthur Lira) uma CPI para investigar a diretoria da Petrobras que ele mesmo nomeou", disparou. "Quem precisa de CPI é ele. Aliás, de impeachment."

Segundo Ciro, "como não têm inteligência nem coragem para mudar a política de preços da Petrobras, Bolsonaro e sua gangue agora fazem teatrinho de briga e ingenuidades". "Pura demagogia eleitoral e muito desespero. O desespero é total porque eles sabem que um simples reajuste decretado pela empresa destrói os supostos efeitos positivos da redução do ICMS", enfatizou. "Ou seja: a população será duplamente punida porque terá menos verba para educação e saúde junto com preços altos de gasolina, diesel e gás. Tempestade perfeita."

Ele classificou o reajuste como "absurdo e escárnio" e que a estatal é "insensível ao sofrimento do povo".

Pré-candidata do MDB, a senadora Simone Tebet, por sua vez, afirmou que "quem quer resolver" quem não quer jogar a culpa nos outros. A Constituição Federal dá saídas, no plural, para diminuir o preço dos combustíveis em situações excepcionais como agora, criando-se crédito extraordinário ou usando os direitos da União", sustentou. "Isso, sim, ajudaria a termos combustível a preços compatíveis,

Notas: R/SC05TF



Mendonça deu prazo de cinco dias para estatal listar os critérios adotados para a política de preços estabelecida nos últimos 60 meses

Estados reagem à decisão do ministro

Os estados vão recorrer da decisão tomada pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), de que as alíquotas do ICMS dos combustíveis devem ser uniformes em todo o território nacional. O presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Décio Padilha, ressaltou que as políticas estaduais de educação, saúde e segurança serão comprometidas, já que, em média, 70% das receitas dos entes federativos têm origem na arrecadação do ICMS.

O presidente do Comsefaz ainda afirmou que a perda de receitas dos estados em 12 meses ultrapassará R\$ 131 bilhões quando somado o impacto da aprovação do projeto de lei que

limita em 17% a alíquota do tributo que incide sobre combustíveis, transportes coletivos, energia elétrica e telecomunicações.

"A arrecadação do ICMS tem vinculação. Do total, 25% vão para a educação, 12% para a saúde e outros 25% para os municípios. Esses impactos vão inviabilizar as políticas públicas dos estados e dos municípios", disse.

Padilha também declarou que o aumento dos preços dos combustíveis decorre da alta do valor do petróleo, influenciado pela guerra da Ucrânia. Para ele, a solução adequada para esse problema não é reduzir os impostos dos estados, mas criar uma conta de equalização com dividendos da Petrobras.

De acordo com Padilha, o preço do diesel acumula alta de 60%

desde janeiro, diante da política de reajustes da Petrobras. "O importante é tomar caminhos técnicos e sair da guerra de narrativas. O caminho técnico é criar uma solução conjuntural, que é a conta de equalização, e votar a reforma tributária, a PEC 110, que está parada no Senado", sustentou.

Governadores

Chefes de executivos estaduais criticaram o aumento de preço dos combustíveis anunciado pela Petrobras. Na avaliação do gestor de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), o reajuste "é mais uma prova de que o projeto eleitoral de Jair Bolsonaro só vai servir para destruir o orçamento dos estados de maneira permanente, em troca de uma

diminuição no preço dos combustíveis que não se sustentará". O governador cobrou, ainda, que Bolsonaro determine a redução dos lucros da estatal para baixar o preço dos combustíveis. "Para ele, podem faltar os recursos da saúde, da educação e demais políticas públicas. Só não podem diminuir os lucros da Petrobras e de seus acionistas", criticou.

O governador de São Paulo, Rodrigo Garcia (PSDB), classificou o reajuste como "deboche". "Inacreditável! Não adianta todos remarem para um lado, e a Petrobras para outro. Se continuar assim, não haverá resultado no bolso do cidadão. O novo aumento do combustível é um deboche", escreveu em publicação no Twitter.

Douglas Magna / AFP



Lula criticou o presidente por não agir na política de preços da estatal

mesmo quando houver escassez internacional. Claro, tudo com transparência, respeito aos contratos e sem corrupção". Tebet também defendeu subsídio ao diesel para quem depende dele para trabalhar, como caminhoneiros. e ao gás de cozinha, para quem não tem condições de pagar. A postulante do Planalto destacou, porém, que a solução do problema "passará, no futuro, por ampliar a capacidade de refino nacional".

O deputado André Janones, pré-candidato do Avante, disse que "os ataques do governo à Petrobras é o primeiro caso de oposição a si mesmo registrado no país". "O teatro para atacar a Petrobras, como se o governo não fosse o responsável pela mesma, não cola", frisou. "Não tem coragem para atuar na política de preços, vende nosso petróleo cru sem impostos, não gera interesse para investimento em refinarias no país e praticamente doo o nosso etanol."

...E a federação de petroleiros, também

de MICHELLE PORTELA

O presidente da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar, criticou o novo aumento de preços da gasolina e do diesel, anunciado pela Petrobras, e culpou o presidente Jair Bolsonaro (PL). De acordo com o Conselho de Administração da estatal, o reajuste começa a valer hoje.

"O presidente Jair Bolsonaro debocha dos brasileiros com seu discurso eleitoral contra reajustes de combustíveis, enquanto mantém a política de preço de paridade de importação (PPI), com aumentos baseados no preço internacional do petróleo, variação cambial e custos de importação, mesmo o Brasil sendo autossuficiente em petróleo, com custos em real", afirmou.

Para Bacelar, o novo aumento de preço do diesel e da gasolina, anunciado na mesma semana em que é aprovado no Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar (PLP 18), que reduz o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre combustíveis, "é mais um descaço do governo federal com o trabalhador brasileiro, a maior vítima da disparidade dos preços dos derivados e descontrola da inflação".

O diesel não sofrirá reajuste desde 10 de maio, ou seja, há 39 dias, enquanto a gasolina está há 99 dias sem aumento, tendo o último ocorrido em 11 de

Gestão Bolsonaro*

169,1%
Elevação do preço da gasolina

203%
Aumento do preço do diesel

119,1%
Reajuste do valor do GLP

*Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese/Seção FUP), referentes a valores nas refinarias entre janeiro de 2019 e 17 de junho de 2022

março. "E, agora, a quatro meses das eleições, Bolsonaro se diz contrário às altas dos derivados, as quais deveria ter combatido desde o início de seu governo", apontou Bacelar.

Segundo dados elaborados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese/Seção FUP), no governo Bolsonaro, entre janeiro de 2019 e 17 de junho de 2022, o diesel nas refinarias subiu 203%, a gasolina, 169,1% e o GLP 119,1%. Enquanto isso, o salário mínimo aumentou 21,4% no período, destacou a FUP. (Com Agência Estado)

Leia mais
sobre os reajustes na página 7

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Página:** 2 e 3